

Ata n.º 172 / XIII / 4.ª SL

Aos sete dias do mês de maio de 2019, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações Gerais

2. **Apreciação e votação do parecer** do Relatório “Portugal na União Europeia – 2018”

- **Deputado autor do parecer:** Paulo Neves (PSD)

3. **Apreciação e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 184/XIII/4ª](#)**

- Aprova a revisão global da linguagem utilizada nas convenções internacionais relevantes em matéria de direitos humanos a que a República Portuguesa se encontra vinculada.

❖ Votação na especialidade:

- Os diferentes Partidos não apresentaram quaisquer propostas de alteração, mantendo-se intacta a formulação originária do articulado;
- O articulado possui apenas dois artigos que passaremos a votar individual e sucessivamente.

4. **Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 91/XIII/4ª](#)**

- Aprova o Protocolo ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da República da Macedónia do Norte, assinado em Bruxelas, em 6 de fevereiro de 2019

- **Deputada autora do parecer:** Lara Martinho (PS)

5. Outros assuntos

A sessão teve início sob a direção do seu Presidente de Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, que começou por dar as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

Nada havendo a referir no âmbito do **Ponto 1.**, passou-se ao **Ponto 2.** da OD, relativo à apreciação e votação do Relatório *Portugal e a União Europeia – 2018*, para cujo efeito foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado José Cesário (PSD)**, que o apresentou em nome do seu Autor (Deputado Paulo Neves), ausente da reunião.

Começou por situar a matéria, sinalizando o facto de se tratar de um documento descritivo, seguindo uma lógica ordenadora que é a constante do documento sobre o tema oriundo do Governo, mas que permite ter uma visão global da participação portuguesa na União Europeia, relativamente ao ano a que respeita. Na opinião do autor, *«A participação de Portugal na União Europeia em 2018, no plano da representação externa, continuou o empenho de Portugal na criação de condições para o sucesso do projeto europeu e para a assunção de uma postura mais assertiva da União Europeia no plano internacional. O Governo procura refletir isso mesmo através da referência às diversas áreas de envolvimento da sua participação e da discrição das iniciativas nas quais participou ou deu algum contributo.»* Relembrou, ainda, que no Relatório ora apresentado, *«(...) estão evidenciados os grandes traços orientadores da política externa portuguesa no âmbito da União Europeia e no relacionamento desta com os outros atores do sistema internacional. Portugal, pela leitura deste Relatório, continuou em 2018 a defender um conjunto de princípios e linhas condutoras que marcam uma postura firme na defesa dos princípios do Estado de direito e da defesa dos direitos humanos. Relembrou que durante o ano de 2018 «(...) a União Europeia passou por um conjunto de desafios fundamentais para o seu futuro nomeadamente a questão das migrações e, principalmente, a falta de coesão entre os Estados-membros para dar uma resposta adequada, justa e solidária aos desafios que o afluxo de refugiados traz à Europa. Ao mesmo tempo, a União continuou a ter de lidar com o processo do Brexit e com as indefinições do Reino Unido quanto à sua evolução e concretização. Esta é uma questão da maior relevância para Portugal tendo em conta os cerca de 400 000 portugueses que residem atualmente em solo britânico e que podem ser bastante afetados no futuro. Importa garantir que o Governo de Portugal acompanha*

devidamente este processo acautelando as diversas possibilidades de concretização do mesmo de forma a salvaguardar os direitos desses nossos compatriotas.

Conclui o apresentante, propondo a aprovação do Relatório e a sua consequente remessa à 4.^a Comissão, para efeitos de elaboração do Relatório final da Assembleia da República acerca da matéria.

Registaram-se, seguidamente, as intervenções dos Senhores **Deputados**:

Lara Martinho (PS), para saudar o autor do Relatório pelo trabalho efetuado, tendo lembrado, porém, estar em falta uma referência, ainda que sucinta, à evolução das negociações sobre acordos comerciais, como por exemplo, os alusivos ao Mercosul, México e CETA.

João Oliveira (PCP) para igualmente saudar o trabalho realizado, seguindo a metodologia que é já a habitual neste tipo de Relatório. De todo o modo, entende que o Relatório reflete os constrangimentos decorrente das políticas europeias a que se sujeitou a economia portuguesa durante o período a que respeita. Referiu não acompanhar a opinião do Autor pelo facto de o presente documento acabar por refletir as incongruências do Relatório oriundo do Governo e no qual se baseia, traduzidas num ataque aos setores produtivos nacionais e na prossecução de uma política orçamental contrária aos interesses de Portugal, como nos casos, designadamente, da ciência, pescas, tecnologias e comércio. Sendo tais prejuízos omissos tanto no documento de origem governamental, como no ora apreciado, referiu que o PCP iria votar contra.

Paula Teixeira da Cruz (PSD), que alertou para a necessidade do Relatório ora apreciado não aludir a aspetos concretos importantes, como nos casos da política de migrações, cultura, agricultura e pescas, onde teria sido relevante deixar uma mensagem política visível.

José Cesário (PSD), para lembrar que o processo de construção europeia é um dado permanente e em evolução, relativamente à qual o Parlamento deve prestar a melhor e mais cuidada atenção, não obstante, sem deixar de referir que compreende a posição veiculada pelo PCP.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria de votos dos Deputados presentes, tendo PCP e BE votado contra.

Transitados para o **Ponto 3.** da OD, o Senhor **Presidente da Mesa** procedeu à leitura das sugestões apresentadas pelos Serviços em sede de redação final. Não se tendo registado dúvidas, procedeu-se de seguida à votação final da nova redação a conferir aos dois artigos do diploma, o que foi feito de forma agregada, tendo resultado na aprovação do mesmo, por maioria dos votos expressos pelos presentes. Registou-se o voto contra da senhora Deputada Apula Teixeira da Cruz (PSD).

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Lara Martinho (PS)** para apresentação do seu Parecer referente ao processo de adesão à NATO por parte da República da Macedónia do Norte. Começou por enquadrar a temática e o conjunto das circunstâncias que estão na origem do pedido de adesão em apreço. O teor do Parecer pode ser consultado [aqui](#). Terminou, sugerindo que a Comissão de Defesa Nacional tivesse conhecimento desta matéria, tendo concluído que a iniciativa em questão reunia condições para subir a Plenário.

Seguidamente, intervieram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira (PCP), tendo sinalizado que o PCP votaria contra este Parecer, dada a posição política diametralmente oposta à substantivada pela autora na sua elaboração.

Isabel Santos (PS), para sublinhar a relevância deste processo no capítulo quer da segurança e desenvolvimento da região, quer do respeito pelos direitos individuais das minorias daquele país, facto que deveria ficar melhor assinalado no Parecer, tendo sugerido um pequeno inciso no texto, em conformidade.

Lara Martinho (PS), para aceitar a sugestão atrás referida, a qual será introduzida, em conformidade.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por maioria dos votos dos Deputados presentes, registando-se votos contra do PCP e do BE.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a registar, a reunião foi declarada encerrada pelas dezasseis horas e trinta minutos, sendo disponibilizado o registo áudio da reunião, consultável [aqui](#).

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
João Gonçalves Pereira
João Oliveira
José Cesário
Lara Martinho
Marcos Perestrello
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Pedro Filipe Soares
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto
Fernando Jesus
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Manuel Rola
Paulo Neves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Jamila Madeira
Odete João
Paulo Pisco
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião de Comissão ocorrida em 11 de junho de 2019.